

A utilização do protocolo de DVI na perícia criminal

Por Larissa Maia



EDITORIAL

O COAPES NEWS dos meses de Junho e Julho traz a tona uma questão premente e que exige respostas efetivas. Em um mundo marcado por eventos traumáticos de grande escala, a Identificação de Vítimas de Desastres (DVI) se ergue como um farol de esperança e justiça. Mediante um protocolo internacionalmente padronizado pela Interpol, equipes especializadas buscam garantir a identificação precisa e eficiente de vítimas, mesmo em meio ao caos e à devastação. A Polícia Científica do Pará, reconhecendo a importância do protocolo DVI, vem utilizando-o, em parceria à Polícia Federal, em casos emblemáticos, como o caso da embarcação à deriva no nordeste paraense. Médicos legistas, odontologistas, peritos de laboratório, peritos de local de crime e outros agentes da segurança pública se uniram em um esforço conjunto para dar uma resposta àqueles que a tragédia silenciou. O protocolo DVI se configura como uma ferramenta essencial na caixa de ferramentas da perícia criminal. Sua aplicação rigorosa e profissional busca a identificação das vítimas de desastres com celeridade, eficiência e respeito, oferecendo conforto aos familiares e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Por José Alberto Sá

O protocolo de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI) da Interpol foi elaborado com o objetivo de garantir a identificação de vítimas após grandes desastres ou outros eventos traumáticos. Publicado pela primeira vez em 1984, o protocolo é atualizado a cada 5 anos, tendo a última sido realizada no ano de 2023.

O conjunto de diretrizes padronizadas pelo protocolo é adotado internacionalmente, agilizando o processo de identificação das vítimas de maneira precisa e eficiente. Dentre as situações em que o DVI é aplicado, estão os desastres naturais como os terremotos, inundações, incêndios florestais; os acidentes, sejam aéreos, rodoviários, marítimos ou ferroviários; os ataques terroristas e os conflitos armados. Para que o DVI seja executado, deve-se seguir alguns princípios fundamentais, tais como a legalidade, uma vez que a aplicação deve estar em conformidade com as leis e regulamentações internacionais; a imparcialidade, não havendo discriminação de qualquer natureza; a precisão, na utilização de métodos confiáveis; a completude, levando em consideração as informações relevantes; e a confidencialidade das informações de acordo com leis de proteção de dados. A aplicação do protocolo de DVI é

dividida em cinco fases principais, sendo a primeira a preparação, onde ocorre o planejamento e organização das equipes que atuarão. Em seguida, há a coleta de dados *antemortem*, que se dá pela coleta de informações das vítimas antes do evento catastrófico. Depois desta, acontecem os exames *postmortem*, onde os corpos das vítimas são examinados para se obter informações físicas e biológicas. Na próxima fase, as informações de *antemortem* e *postmortem* são comparadas para que as vítimas sejam identificadas. Por fim, com a identificação confirmada, os familiares das vítimas são notificados. Sendo um importante recurso dentro da perícia criminal, a Polícia Científica do Pará (PCEPA), recorreu ao uso do protocolo de DVI em casos de destaque neste semestre, como da embarcação encontrada à deriva no nordeste paraense. Normalmente, diversas áreas são envolvidas na aplicação, tais como médicos legistas, odontologistas, peritos que atuam em laboratório, local de crime, entre outros.

Assim, tem-se o protocolo de DVI como fundamental em determinados casos garantindo a identificação das vítimas de forma rápida, eficaz, em eventos de desastres, garantindo resposta aos familiares e contribuindo para a justiça social.

Aplicação do protocolo de DVI em perícia realizada pela PCEPA em conjunto com a Polícia Federal

Por Larissa Maia

Dentre os feitos em destaque, podemos evidenciar o trabalho realizado pela PCEPA junto a Polícia Federal (PF) e às forças de segurança do Estado do Pará, após a localização de uma embarcação à deriva no nordeste paraense, mais especificamente no município de Bragança no dia 13 de abril de 2024.

As ações da PCEPA com os demais órgãos de segurança garantiram a identificação do quantitativo das vítimas bem como a confirmação da nacionalidade africana, de acordo com os objetos encontrados no local do ocorrido. Para garantir que as vítimas fossem identificadas, utilizou-se o protocolo de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI) da Interpol. A investigação também contou com papiloscopistas da Polícia Civil.

Peritos de diversos setores com formação em DVI auxiliaram nas investigações, dentre eles, a PC Priscilla Fernanda Reis, do Núcleo Avançado de Bragança, que explicou como ocorreu a aplicação do protocolo. Uma vez que o caso se referia a um desastre em massa e com vítimas de provável nacionalidade estrangeira, a perita recebeu uma solicitação para que participasse da equipe de perícia, contribuindo na aplicação do DVI. A ação foi coordenada pela PCEPA e PF.

A partir de então a PC Priscilla e o gerente do Núcleo, Carlos Fernando Ribeiro da Costa, assumiram a execução dos trabalhos de logística pericial, isto envolveu a coordenação de equipes de remocistas e auxiliares operacionais, e a organização de estruturas físicas para as diversas etapas do evento, sendo tais estruturas, aéreas, marítimas e térreas.

Os trabalhos periciais tiveram duração de cinco dias, com a utilização do protocolo de DVI em todas as fases da perícia. *“Na fase antemortem, compus a equipe responsável pela retirada das vítimas da embarcação, o registro fotográfico detalhado e individualizado, o preenchimento dos formulários padrões, a disposição dos corpos nos sacos mortuários e encaminhamento dessas vítimas para a necropsia. Na fase postmortem fiz parte da estação de trabalho denominada de ‘Vestes e Acessórios’ que foi a responsável pela catalogação dos vestígios vinculados que cada vítima possuía, para fins de auxílio na identificação das vítimas através dos pertences pessoais”,* explicou Priscilla. Estas

informações foram repassadas para formulários referente a cada cadáver, para que as demais etapas fossem realizadas, como de necropapiloscopia, odontologia legal, análises de DNA e necropsia.

Ao final das investigações, houve o encerramento com a realização de um ato ecumênico em Belém, onde ocorreu o enterro humanizado das vítimas. Nesta cerimônia estavam presentes os diversos órgãos de segurança pública que trabalharam em conjunto na operação. Além da Polícia Científica do Pará e da Polícia Federal, estavam também o Corpo de Bombeiros Militar, a Marinha do Brasil, a Polícia Militar, Defesa Civil, e representantes de agências das Nações Unidas para Migrações, tais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Ao final da operação, membros da equipe pericial receberam uma medalha da Perícia Federal, das mãos do Diretor do Instituto Nacional de Criminalística Carlos Eduardo Palhares Machado. A homenagem foi uma forma de demonstrar o reconhecimento do serviço de excelência que foi prestado durante a operação.



PCEPA realiza trabalho integrado com PF em caso de corpos encontrados dentro de embarcações em Bragança



A atuação da Polícia Científica do Pará nos primeiros meses de 2024

Por Larissa Maia

No primeiro semestre deste ano de 2024, os diversos setores da Polícia Científica do Pará (PCEPA) desenvolveram importantes ações a fim de contribuir com a justiça social. De acordo com informações fornecidas pelo setor de Inteligência Forense, entre os meses de janeiro e maio houve um total de 28.987 solicitações de exames periciais. Dentre os setores mais demandados neste período estão: Traumatologia (11.196); Química Forense (4.585); Veículos Rodoviários (3.133); Tanatologia (2.286); Balística (1.689); Sexologia (1.439); Engenharia Aplicada (878);

dentre outros setores (3.520).

Neste período, 30.160 laudos foram finalizados, onde 17.485 foram solicitados este ano e os demais em anos anteriores. Com relação às regiões com perícias mais demandadas estão as regiões de Belém e seus distritos (32,06%).

Segundo o PC Mário Francisco Guzzo, os números indicam uma redução de 11% na demanda de solicitação e redução 5% na produção de exames em relação ao mesmo período de 2023.

Artigo científico de perito criminal da PCEPA é publicado na Revista Brasileira de Criminalística

Por Larissa Maia



Foto: Ériko Nery

O perito criminal Ériko Fabrício Nery da Costa, atuante na Unidade Regional de Castanhal da Polícia Científica do Pará (PCEPA), é um dos concluintes do curso de especialização em Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Perícia Criminal em abril de 2024, coordenado pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA) promovido pela PCEPA.

Como trabalho de conclusão do curso de especialização, o perito desenvolveu o artigo que tem como título “Reflexões sobre a constitucionalização da perícia oficial de natureza criminal”, orientado pelo professor Sérgio Castro Gomes. De acordo com Ériko, “o trabalho traz para o campo acadêmico uma reflexão sobre os aspectos que envolvem a possibilidade da constitucionalização da Perícia Oficial de Natureza Criminal, considerada atividade de Estado”. O artigo tem como fundamento uma análise sobre a

evolução do pensamento quanto à segurança pública, com contribuições desenvolvidas a partir de estudos científicos na área criminalística, e relevância para todo o sistema de segurança e justiça social.

Em sua pesquisa, o perito concluiu que *“independentemente da falta de padronização de suas naturezas jurídicas e das estruturas ainda vigente, a inclusão da perícia criminal nas diversas políticas de abrangência federal, particularmente com o advento da lei nº 12.030/2009, indica que há um norte a seguir de uma jornada inconclusa, mas aparentemente inevitável, e que a constitucionalização da perícia oficial de natureza criminal, depende da formação de um cenário propício de convergência de atores técnicos, administrativos e políticos”*.

O trabalho foi submetido, aceito e recentemente publicado na segunda edição de 2024 da Revista Brasileira de Criminalística, evidenciando a importância do debate sobre este tema. A revista é um periódico de publicação que tem como foco a área de ciências forenses, com Qualis/Capes B1. A publicação sugere um caminho para reflexões e discussões sobre o tema, a fim de contribuir para avanços na segurança pública quanto à constitucionalização da Perícia Oficial.

Artigo: Reflexões sobre a constitucionalização da perícia oficial de natureza criminal



Capacitações

Por Larissa Maia



Foto: Marcelo Ayan



Foto: Larissa Maia



Foto: Amanda Monteiro



Foto: Amanda Monteiro



Foto: Amanda Monteiro



Foto: José Alberto Sá

Muitas capacitações foram realizadas nos últimos meses, dentre cursos e minicursos, palestras e workshops. No período de 29/04 a 10/05 ocorreu o curso de Instrutor de Armamento, Munição e Tiro, ofertado pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Participaram do curso diversos agentes de segurança pública. *“Tivemos aulas de Direitos Humanos, legislação sobre posse e porte de armas, didática, desmontagem, montagem e manutenção de armas, armas de baixa letalidade, além de prática de tiro. Agora, temos em nossa instituição, de forma inédita, dois servidores capacitados em Armamento e Tiro, e prontos para disseminar esse conhecimento a outros colegas peritos”*. Afirmou o perito médico legista Marcelo Ayan.

Nos dias 20 e 21 de maio, contamos com a presença da perita criminal da Polícia Civil do Distrito Federal Beatriz Figueiredo. A perita foi ministrante do minicurso sobre Perícia Criminal em Locais de Femicídio e Outros Crimes Contra as Mulheres, que ocorreu na sede da Polícia Científica do Pará (PCEPA), onde fez um apanhado histórico, dando ênfase a ocorrência da violência de gênero e a apresentação de casos de feminicídio com o intuito de demonstrar a atuação de profissionais na busca de vestígios para este tipo de crime. Beatriz tem autoria do livro *“Feminicídio, perícia criminal e valor jurídico da prova material”*, que foi adquirido pelos servidores da PCEPA.

Na Unidade Regional de Castanhal da PCEPA, também houve capacitações. No dia 27/05 aconteceu o Minicurso sobre Procedimento Operacional Padrão (POP) ministrado pela PC Teresinha Palha. Durante a tarde as programações seguiram com duas palestras, uma pelo PC José

Alberto Sá, sobre a Portaria de Visitas Técnicas na Polícia Científica do Pará, e em seguida, a PC Yara Jennings palestrou o tema sobre A Ênfase das Evidências em Locais de Crimes de Femicídio. *“É muito interessante para que os procedimentos realizados sejam alinhados, tendo na sede como nas regionais”*, afirmou Ylana Ribeiro, Gerente da Unidade Regional de Castanhal sobre o minicurso de POP. A gerente também relatou que *“a palestra sobre visitas técnicas é muito importante, porque tem muitas universidades próximas a regional de Castanhal que nos procuram para conhecer o órgão”*.

Em Castanhal, também aconteceu o Workshop IGEPPS, no dia 28/05, com o tema *“Planejamento Previdenciário”*. Dentre os assuntos abordados estão as regras de aposentadoria, previdência complementar, benefício social, entre outros.

Encerrando o mês de maio, foi realizado na sede da PCEPA, no dia 29/05, o Workshop *“Cadeia de Custódia Procedimentos Internos”*. O diretor geral Celso Mascarenhas realizou a abertura do evento, e os peritos criminais José Alberto Sá, Mário Francisco Guzzo Júnior e Lucila Almeida foram palestrantes do evento. *“No âmbito da Polícia Científica do Pará, teremos mudanças nos procedimentos internos, a fim de garantir transparência e confiabilidade da prova pericial. Esse workshop foi para divulgar as novas diretrizes que irão nortear os agentes públicos da Polícia Científica do Pará no tocante à Cadeia de Custódia! As diretrizes envolvem mudanças estruturais, culturais e procedimentais. Teremos também um sistema informatizado de custódia que gerenciará a movimentação do vestígio, possibilitando o seu rastreamento”*, afirmou a PC Lucila Almeida sobre o evento.